

Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual

Contemporary perspectives of research studies on journalistic framing: A conceptual systematization proposal

Rejane de Oliveira Pozobon¹
Ricardo Schaefer²

RESUMO

Os estudos sobre enquadramentos têm progressivamente ganhado espaço e importância no campo da comunicação. Análises recentes, contudo, têm identificado dois pontos críticos relacionados às investigações: indefinição conceitual e falta de sistematização metodológica. Através de uma revisão de literatura, este artigo foca na problemática teórica do argumento, realiza um resgate histórico do conceito, analisa as diferentes perspectivas, reúne os avanços das abordagens contemporâneas e propõe uma sistematização teórica para as pesquisas sobre enquadramento.

Palavras-chave: enquadramento, histórico conceitual, perspectivas contemporâneas.

ABSTRACT

Studies on framing have gradually gained ground and importance in the field of communication. Recent analyzes, however, have identified two critical points of the investigations: conceptual vagueness and lack of a methodological systematization. Through a literature review, this article focuses on the theoretical problem of the argument, carries out a historical review of the concept, analyzes the different perspectives, brings together the advances of contemporary approaches and proposes a theoretical systematization to research studies on framing.

Keywords: framing, conceptual history, contemporary perspectives.

¹ Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, 1000, 97105-900, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: rejane.op@terra.com.br

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Professor de Graduação em Administração e do Programa de Pós-graduação MBA e Especialização da Antonio Meneghetti. Est. Recanto Maestro, 338, 97200-000, Restinga Seca, RS, Brasil. E-mail: ricardoschaefer@libero.it

Introdução

Uma vasta e crescente literatura sobre estudos de enquadramento (ou *framing*) surgiu nas últimas décadas e o conceito tem ganhado proeminência no campo da comunicação (Porto, 2004; Entman *et al.*, 2009; D'Angelo e Kuypers, 2010; Borah, 2011). Análises recentes, porém, têm apontado duas críticas principais que essa corrente de estudos tem recebido: uma certa indefinição conceitual e uma carência de sistematização metodológica entre as pesquisas (Reese, 2007; Scheufele e Tewksbury, 2007; Entman *et al.*, 2009; Matthes e Kohring, 2008; D'Angelo e Kuypers, 2010; Vimieiro, 2010).

Ao fazer uma análise sistemática de uma década de literatura, Borah (2011) constata que o conceito de enquadramento é utilizado em estudos que utilizam diferentes paradigmas científicos, como o cognitivo, o construtivista ou o crítico (D'Angelo, 2002); e em diferentes áreas como a sociologia, as ciências políticas, a economia, a psicologia, a linguística cognitiva e a comunicação (Scheufele e Tewksbury, 2007; Hertog e Mcleod, 2001).

Esse vasto e crescente uso do conceito acabou acarretando problemas tanto de ordem teórica quanto metodológica. Entman *et al.* (2009, p. 175) afirmam que “o enquadramento é demonstradamente vítima do seu próprio sucesso”. Para os autores, do ponto de vista empírico, isso quer dizer muito, pois existem hoje pesquisadores aplicando uma variada mistura de conceitos sob a rubrica do enquadramento a uma vasta gama de contextos e temáticas.

Neste artigo, focaremos no problema teórico do argumento, analisando como autores recentes têm buscado resolver esse indeterminismo ou multiplicidade conceitual. O escopo é contribuir com as pesquisas que têm procurado esclarecer, delimitar e solidificar o conceito de enquadramento no campo dos estudos comunicacionais.

Para tanto, este trabalho realizou uma revisão de literatura, traçando um breve percurso histórico das pesquisas sobre enquadramento desde as suas origens, buscando análises recentes sobre as críticas e os problemas dessa corrente de estudos, e reunindo perspectivas teóricas atuais que propõem uma sistematização do conceito no campo da comunicação.

Evolução histórica dos estudos sobre enquadramento

Iniciamos esta análise com uma breve revisão sobre as origens do conceito de enquadramento e o seu percurso histórico nas pesquisas comunicacionais. Walter Lippmann (1922), apontado por alguns autores como o progenitor do conceito do enquadramento (Entman *et al.*, 2009), observou que, para a maioria das pessoas, o mundo com o qual elas têm que lidar politicamente está fora do próprio alcance. Para o autor, grande parte do conhecimento político dos cidadãos provém não da experiência pessoal, mas da mídia e daquilo que ela retrata. Os meios de comunicação de massa desempenham assim uma influência significativa na percepção, na opinião e no comportamento das pessoas.

A partir dessa constatação, diversos autores passaram a investigar como a mídia influencia a opinião pública. Um conceito-chave nessas pesquisas é o do enquadramento, que começou a ser pesquisado, sobretudo, a partir dos trabalhos de Gregory Bateson e Erving Goffman. Bateson (1955) investiga as premissas psicológicas necessárias para se decifrar e dar sentido aos fatos e acontecimentos, explicando que existem elementos conexos em um texto e, com base neles, um tema ou tópico é definido ou entendido pelos seus receptores.

O estudo de Bateson (1955) foi posteriormente utilizado por Goffman, que criou a sua própria definição de enquadramento e foi o primeiro pesquisador a usar o conceito de modo sistemático para a análise das interações sociais. No seu livro *Frame analysis: an essay on the organization of experience* (Goffman, 1974), o sociólogo apresenta os enquadramentos como quadros de referência geral, estruturas cognitivas construídas socialmente que são acionadas pelos indivíduos para definir e dar sentido a eventos e situações sociais, organizando assim aquilo que veem e experimentam na sua vida cotidiana. O autor parte do princípio de que:

as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para se referir a um desses elementos básicos (Goffman, 1974, p. 10-11).

Para Goffman, portanto, os enquadramentos influenciam a organização da realidade, permitindo aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas” (Goffman, 1974, p. 21). Desse modo, os enquadramentos possibilitam que os atores sociais interajam e criem formas organizadas de entendimento do mundo, ordenando aquilo que percebem e tornando cognoscível uma grande variedade de situações com as quais se deparam.

Além de pesquisas na área da sociologia, a psicologia também constituiu outra fonte importante para a estruturação do conceito de enquadramento. No campo da psicologia cognitiva, Kahneman e Tversky (1984) examinaram como formas distintas de apresentação de cenários essencialmente idênticos influenciam os indivíduos em suas escolhas e avaliações sobre alternativas apresentadas³.

Os autores demonstraram como alterações na formulação de problemas podem ter um impacto na escolha das pessoas. Desse modo, o resultado do processo de formação de preferências pode ser modificado não apenas por meio da manipulação da informação factual, mas também por meio do modo com que ela é enquadrada.

O conceito de enquadramento foi posteriormente incorporado aos estudos do jornalismo por Gaye Tuchman, como parte de uma perspectiva mais ampla de compreensão da atividade jornalística e do seu papel nos processos de construção social da realidade. No seu livro *Making News: a study in the construction of reality* (Tuchman, 1978), a autora sustenta que as notícias definem um enquadramento que orienta um entendimento específico do assunto retratado e, por consequência, constroem a realidade. Ao estudar como o poder político pode ser reforçado ou modificado pela forma com que as informações são enquadradas na notícia, a pesquisadora sugere que os enquadramentos “podem governar a constante organização social do próprio acontecimento perceptível, ao passo que sem o frame [*os acontecimentos*] seriam apenas *happenings* ou apenas conversa. [...] Com o frame, as ‘estórias’ oferecem definições da realidade social” (Tuchman, 1978, p. 259).

A análise de Tuchman contribuiu para o entendimento da relação entre práticas de enquadramento e o processo de produção noticioso, mas, como afirma Scheufele (1999), seu trabalho limitou-se em dois aspectos. Primeiro, o limite da falta de definição de enquadramento que pudesse servir de linha-guia para pesquisas subsequentes. A autora “não desenvolveu uma clara definição conceitual e operacional do enquadramento da mídia como uma variável dependente na sua análise” (Scheufele, 1999, p. 110). Em segundo lugar, “a variável dependente do seu estudo foi ‘o ato de fazer notícias’, mais do que o enquadramento da realidade” (Scheufele, 1999, p. 110). Apesar da sua contribuição no sentido de trazer o enquadramento para o campo da comunicação, a autora não se aprofundou na aplicação do conceito em fatos decorrentes da cobertura midiática.

Após essa aplicação inicial do conceito por Tuchman, vários estudiosos da notícia fizeram evoluir a sua aplicação no campo comunicacional. As pesquisas empíricas do enquadramento da mídia começaram a ganhar corpo na década de 1980, com destaque para o trabalho de Todd Gitlin. Em seu estudo clássico sobre a cobertura jornalística norte-americana do movimento estudantil contra a guerra do Vietnã, o autor demonstrou como algumas práticas específicas de enquadramento tiveram um importante impacto na principal organização daquele movimento e na sua leitura e interpretação pela audiência.

A partir desse estudo, Gitlin apresentou a primeira definição mais clara e sistemática do conceito:

Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (Gitlin, 1980, p. 7).

Para Gitlin (1980), os enquadramentos permitem que os jornalistas processem uma grande quantidade de dados rotineiramente, reconhecendo as informações de

³ Realizada através de experimentos controlados, a pesquisa de Kahneman e Tversky (1984) consistiu em expor aos participantes a seguinte situação: “Imagine que os EUA está se preparando para o surto de uma doença asiática não usual. Dois programas alternativos para combater a doença foram propostos. Assuma que as exatas estimativas científicas das consequências dos programas são as seguintes: se o Programa A for adotado, 200 pessoas serão salvas. Se o Programa B for adotado, existe a probabilidade de 1/3 das pessoas serem salvas e 2/3 de probabilidade que nenhuma pessoa será salva. Qual dos dois programas você escolheria?” (Kahneman e Tversky, 1984, p. 343). Nesse experimento, 72% escolheram o Programa A, e 28%, o Programa B. Num segundo experimento, opções idênticas do tratamento para a situação foram oferecidas, porém enquadradas de maneira diferente: com o Programa C, 400 pessoas morreriam, e com Programa D haveria 1/3 de probabilidade de que ninguém morreria. Nesse segundo experimento, apesar de essencialmente as opções serem idênticas às do primeiro experimento, 22% dos participantes escolheram o Programa C, e 78%, o Programa D.

modo rápido, alocando-as em categorias cognitivas e empacotando-as para transmiti-las eficientemente às suas audiências. Além disso, para o autor, os enquadramentos “organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias” (Gitlin, 1980, p. 7), antecipando uma classificação mais recente de enquadramento da mídia e enquadramento da audiência.

Outro pesquisador que construiu uma importante tradição de pesquisa sobre o enquadramento foi William Gamson. Junto a outros pesquisadores (Gamson e Lasch, 1983; Gamson e Modigliani, 1987, 1989; Gamson e Meyer, 1996), o autor analisou o discurso midiático sobre temáticas diversas, como políticas de assistência social, políticas de ação afirmativa e políticas de energia nuclear, alcançando resultados aprofundados sobre a relação entre enquadramentos da mídia e cultura política (Porto, 2004, p. 80). Para esses estudiosos, o discurso midiático participa do processo através do qual as pessoas constroem significados, ao mesmo tempo em que a opinião pública é parte da operação através da qual os jornalistas cristalizam significados no discurso público.

Para analisarem os enquadramentos da mídia, Gamson e Modigliani (1987) partem do entendimento de que existem, nos conteúdos midiáticos, dispositivos capazes de indicar para a audiência uma embalagem ou um significado específico do fato relatado. Os autores utilizam o conceito de “pacotes interpretativos” para explicar que os conteúdos da mídia possuem uma estrutura interna que abriga uma “ideia central organizadora” ou *frame*. Esses “pacotes” (*media packages*) são compostos por símbolos ou dispositivos, tais como metáforas, *slogans* ou imagens, que sugerem o cerne do enquadramento.

O primeiro autor a fazer uma revisão sistemática dos estudos sobre enquadramento da mídia foi Entman (1993). Suas pesquisas forneceram elementos substanciais para a consolidação desse conceito como um extenso campo de pesquisa. Sua definição clássica é ainda hoje tomada como ponto de partida para pesquisas sobre enquadramento:

O enquadramento envolve essencialmente seleção e saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito (Entman, 1993, p. 52).

Nesse sentido, os enquadramentos organizam os textos noticiosos selecionando alguns aspectos da realidade de em detrimento de outros, colocando-os em destaque e consequentemente construindo uma definição, uma interpretação, uma avaliação e uma orientação quanto ao fato retratado.

Feita essa sucinta explanação do percurso histórico das pesquisas sobre enquadramento, passaremos agora às análises recentes, expondo as principais críticas que o conceito recebe e, a seguir, às perspectivas contemporâneas dos estudos sobre enquadramento.

Análise crítica e perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento

O vasto e crescente uso do conceito de enquadramento acabou acarretando problemas tanto de ordem teórica quanto metodológica. Vimieiro e Dantas (2009), ao analisarem as publicações sobre o tema, constatam que o conceito é usado de modo muito díspar – mesmo quando se remete a uma mesma tradição teórica – e que, do ponto de vista metodológico, os resultados das pesquisas poderiam ser diferentes caso outros pesquisadores as tivessem realizado. “Ou seja, há uma tamanha falta de sistematização que as tentativas de aplicação empírica parecem cair em um subjetivismo extremado” (Vimieiro e Dantas, 2009, p. 2).

Essa análise crítica dos estudos sobre o enquadramento é partilhada por vários pesquisadores. Porto (2004) analisa o uso crescente do conceito nos estudos sobre os processos de comunicação e aponta que as primeiras revisões sistemáticas da literatura sobre enquadramentos sugerem que “ainda existe uma falta de clareza nos diversos usos do conceito e que muito precisa ser feito para se desenvolver uma teoria abrangente e coerente” (p. 77).

Ao estudar os debates públicos na mídia, seus enquadramentos e a relação entre as opiniões publicadas, Maia (2009, p. 306) também constata essa problemática, afirmando que “o conceito de enquadramento é de difícil definição, já que diferentes autores o formulam de diversos modos, com operacionalizações distintas em pesquisas empíricas”. Existem, portanto, duas críticas principais à

corrente de pesquisas sobre enquadramento: uma certa indefinição conceitual e uma falta de sistematização metodológica entre os estudos.

Essa inconsistência, tanto teórica quanto metodológica, tem sido afrontada por pesquisas recentes, que buscam delimitar de forma mais consistente o conceito de enquadramento (D'Angelo, 2002; Porto, 2004; Reese, 2007; Scheufele e Tewksbury, 2007; Entman *et al.*, 2009; Borah, 2011) e estabelecer parâmetros metodológicos mais sistemáticos para o desenvolvimento dos estudos sobre enquadramento (Tankard, 2001; Matthes e Kohring, 2008; D'Angelo e Kuypers, 2010; Vimieiro, 2010).

Investigando a problemática conceitual, Porto (2004) constata que o enquadramento é utilizado de diferentes formas, com sentidos variados e designando diferentes objetos.

Os usos da noção de enquadramento são tão numerosos e variados, que surgem dúvidas quanto à possibilidade de construção de um marco teórico claro, sistemático e coerente, a partir do conceito. Alguns autores chegam mesmo a concluir que, considerando a variedade dos tipos de enquadramentos existentes, seria ingênuo pretender construir uma teoria única e abrangente (Porto, 2004, p. 90).

Sobre esse aspecto, existem diferentes abordagens e posições teóricas, muitas delas discordantes. Entman (1993), por exemplo, buscou identificar e explicitar tendências comuns entre os vários usos do conceito, sugerindo um entendimento universal do enquadramento. Para o autor, esse entendimento permite considerar o enquadramento como um paradigma de pesquisa (*framing paradigm*):

Um paradigma de pesquisa é definido aqui como uma teoria geral que orienta os vários pesquisadores na operação e resultados de qualquer sistema particular de pensamentos e ações. O paradigma do enquadramento poderia ser aplicado com benefícios similares no estudo da opinião pública e comportamento eleitoral em ciências políticas; em estudos cognitivos em psicologia social; ou em pesquisas de classe, gênero e raça em estudos culturais e sociológicos, para nomear alguns exemplos (Entman, 1993, p. 56).

D'Angelo (2002) tem uma visão contrária, argumentando que a chamada de Entman para um único paradigma para as pesquisas sobre enquadramento não é possível e nem mesmo desejável. Em vez de um único

paradigma, o autor defende um programa de pesquisa multiparadigmático (*multiparadigmatic research project*): os estudos sobre enquadramento têm sido guiados pela combinação de perspectivas cognitivas, construtivistas e críticas, “encorajando pesquisadores a utilizar teorias específicas para progressivamente explicar um processo complexo” (D'Angelo, 2002, p. 870). Afirmando que não é possível nem juntar as diferentes abordagens teóricas e metodológicas, e que nem isso faria bem para o campo, D'Angelo (2002) sustenta que diferentes perspectivas utilizadas até então conduziram a um entendimento abrangente do enquadramento.

Outros autores possuem compreensões semelhantes. Reese (2007) concorda com D'Angelo no entendimento de que o enquadramento é mais um programa de pesquisa do que um paradigma unificado e que a diversidade teórica tem sido benéfica para se desenvolver uma compreensão abrangente do processo. Segundo o autor, contudo, “um quadro conceitual que guie a pesquisa individual não pode ser internamente contraditório e deve ser combinado com métodos apropriados” (Reese, 2007, p. 149).

Também Porto (2004), ao analisar os principais estudos desenvolvidos sobre os enquadramentos da mídia, chega à conclusão de que “não é possível, nem desejável, construir uma teoria abrangente, ou uma única definição, que tente dar conta de todos os aspectos tratados pelos estudos sobre os enquadramentos” (Porto, 2004, p. 90). Porém, para esclarecer o conceito e evitar desentendimentos, é preciso especificar os diferentes níveis de análise e, como consequência, definir claramente os diversos tipos de enquadramento na pesquisa empreendida.

Vimieiro e Dantas (2009) explicam que mais do que uma falta de definição conceitual, “o que existe nos trabalhos que abordam a temática do enquadramento é justamente uma multiplicidade de conceitos que acabam por dar a impressão de imprecisão” (Vimieiro e Dantas, 2009, p. 2). Nesse sentido, é importante deixar claro e especificar a conceitualização e a operacionalização dos estudos que estão sendo conduzidos, a fim de que as pesquisas não sejam agrupadas com abordagens diferentes (Scheufele e Tewksbury, 2007).

Devido a essas características das pesquisas sobre enquadramento, o seu conceito acaba sendo apropriado ou interseccionado com outras abordagens teóricas do campo da comunicação. A noção de enquadramento tem contribuído, por exemplo, para dinamizar outras perspectivas teóricas, como as pesquisas sobre a função do agendamento da mídia ou *agenda setting*.

Porto (2004) explica como McCombs e Shaw criaram a teoria da *agenda setting* para demonstrar como a mídia é eficiente em determinar sobre o que as pessoas devem pensar. Essa concepção foi posteriormente criticada por não considerar como diferentes formas de exposição de temas pela mídia podem influenciar o processo de formação das preferências políticas da audiência (Porto, 2004). O autor explica que o principal problema apontado por pesquisadores foi a exclusão de variáveis relacionadas ao conteúdo da mídia e que, para superar essa deficiência,

os próprios proponentes da teoria da agenda setting têm recorrido ao conceito de enquadramento para se referir a um “segundo nível de efeitos”. Os pesquisadores passaram então a examinar como a cobertura da mídia afeta “sobre o que” o público pensa (o primeiro nível de agendamento) e também “como” o público pensa sobre estes temas (o segundo nível de agendamento) (Porto, 2004, p. 76-77).

Contudo, a incorporação da noção de enquadramento pela teoria da *agenda setting* é entendida como problemática por alguns autores. Gutmann (2009) reúne algumas pesquisas que apontam para a necessidade de estudar o enquadramento e a *agenda setting* como perspectivas complementares para a compreensão dos efeitos da mídia sobre a opinião pública. Para a autora, embora a seleção e a ênfase de características da temática relatada pela notícia sirvam como uma maneira de encaminhar uma questão transformada em agenda, “no domínio do modelo teórico denominado enquadramento, a referência é ao tipo de cobertura, não ao conjunto de atributos destacados” (Gutmann, 2009, p. 45). Para Gutmann, portanto, o enquadramento refere-se “a uma ‘tese’ que orienta determinada cobertura, o que é diferente da simples ênfase a certas características do fato narrado” (2009, p. 45), como prevê o segundo nível de agendamento.

Para explicar a diferença entre o enquadramento e a *agenda setting* de atributos, Reese (2007) sustenta que as notícias devem selecionar certos aspectos da realidade e enfatizá-los, mas que eles são organizados *de determinado modo* para produzir seus efeitos. “É precisamente o modo em que certos atributos são associados com particulares temáticas que concerne à análise do enquadramento” (Reese, 2007, p. 152). O autor defende que se constituiu um passo adiante na tradição empírica a demonstração que existem características que, quando são tomadas em conjunto, contam uma história maior do que aquela manifesta. O conceito de enquadramento “dá maior amplitude

à interpretação, captura um processo mais dinâmico da negociação de significados e realça as relações dentro do discurso” (Reese, 2007, p. 152).

Ao analisar a mesma temática, Rosetto e Silva (2012) constataram que são problemas conceituais na significação do enquadramento que levam aos equívocos teóricos que podem enxergá-lo como sinônimo do agendamento de segundo nível. Para as autoras, reduzir os enquadramentos a tópicos e atributos é uma visão muito limitada do conceito:

Essa redução também negligencia como determinados enquadramentos se aplicam a múltiplos assuntos e como a posição de um único assunto pode ser produto de mais de um enquadramento. Outra perda nessa abordagem limitada é o fato de ela ignorar que enquadramentos conflitantes podem aparecer em histórias sobre o mesmo assunto (Rosetto e Silva, 2012, p. 109).

Existem, portanto, várias pesquisas recentes que buscam esclarecer, delimitar e solidificar o conceito de enquadramento no campo de estudos da comunicação. Nesse processo, vários autores buscaram criar uma sistematização teórica através de classificações das pesquisas sobre o tema. Veremos algumas dessas tentativas no item a seguir.

A busca por uma sistematização teórica das pesquisas sobre enquadramento

Procurando solucionar a fragilidade provocada pela multiplicidade de usos do conceito, vários autores buscaram classificar e organizar as pesquisas sobre enquadramento. Após fazerem um levantamento do estado da arte dessas investigações, Vimeiro e Dantas (2009) identificaram que, de um modo geral, os estudos que abordam o tema do enquadramento na comunicação o fazem de duas maneiras: para investigar os enquadramentos da mídia (*media frame*) e para investigar os enquadramentos da audiência (*thought frame*, *individual frame* ou *frame effects*). Porém, as autoras constataram que essas duas grandes correntes se subdividem, de maneira que “nem todos os trabalhos que abordam os enquadres da mídia o fazem

do mesmo modo e nem todos os trabalhos que abordam os enquadramentos da audiência dizem da mesma coisa” (Vimeiro e Dantas, 2009, p. 2).

Essa divisão é também partilhada por Maia (2009), que relata que, em um enfoque mais restrito, os enquadramentos da mídia referem-se aos recursos simbólicos verbais e visuais que os jornalistas e outros agentes midiáticos usam para organizar as informações. Em geral, essas pesquisas focam em palavras, frases, imagens e estilos, que são usados para construir notícias, e nos processos que moldam e dão forma a essa construção.

Nesta acepção, confere-se destaque aos recursos de produção da notícia e estruturação do sentido – através de mecanismos de seleção e ênfase, de construção de pistas e rótulos – que produzem direcionamentos interpretativos (“bias”) manifestos nos textos dos media. Tende-se a tomar as práticas dos agentes dos media e a construção dos “direcionamentos” como fruto da vontade ou da consciência individual (Maia, 2009, p. 307).

Já os enquadramentos da audiência, segundo a autora, referem-se à influência que enquadramentos da mídia exercem no processo cognitivo e interpretativo dos receptores. As pesquisas que buscam apreender os efeitos que os enquadramentos exercem na audiência “se esforçam para detectar as mudanças na opinião, as quais são induzidas pela alteração sistemática no modo de apresentação ou no ‘enquadramento’ de dada questão” (Maia, 2009, p. 307).

Essas duas perspectivas – o enquadramento da mídia e o enquadramento da audiência – originam duas correntes complementares de investigação no campo da comunicação: as pesquisas que buscam entender como são construídos e o que determinam os enquadramentos dos temas midiáticos e as pesquisas que investigam como essas “molduras” dadas aos conteúdos influenciam a visão de mundo do público receptor (Gutmann, 2006). Fazendo uma revisão dos principais autores sobre enquadramento, Gutmann (2006) especifica os quadros midiáticos como “o tipo de organização de uma ideia que sustenta o significado de eventos relevantes e sugere qual é a essência da questão” (Gamson, 1989, p. 157), e os quadros de referência do público como um processo cognitivo, entendidos como a “estocagem mental de ideias que guiam o processamento da informação feito pelos indivíduos” (Entman, 1993, p. 53).

Essa distinção primária entre esses dois tipos de enquadramento é fundamental para reduzir a indetermi-

nação conceitual que caracterizou, por um bom período, as pesquisas sobre o enquadramento. Partindo dessa divisão inicial entre enquadramentos da mídia e enquadramentos individuais ou da audiência, vários autores fizeram evoluir ou adaptaram essa classificação. Porto (2004), por exemplo, distingue dois tipos de enquadramento: os enquadramentos noticiosos e os enquadramentos interpretativos. Segundo o pesquisador, “enquadramentos noticiosos são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos” (Porto, 2004, p. 91). No jargão jornalístico, esse seria o “ângulo da notícia”, o ponto de vista adotado pelos textos noticiosos que ressaltam certos aspectos de uma realidade em detrimento de outros.

Nesta categoria estão, por exemplo, o “enquadramento de interesse humano”, que focaliza a cobertura em indivíduos, ou o “enquadramento episódico”, com sua ênfase em eventos. No plano da cobertura de eleições, por exemplo, estariam nesta categoria o “enquadramento corrida de cavalos” (horse race frame) e o “enquadramento temático” (thematic frame), ressaltando, respectivamente, o desempenho dos candidatos nas pesquisas e suas propostas programáticas (Porto, 2004, p. 91-92).

O autor destaca que uma característica importante desses enquadramentos noticiosos é o fato de ser resultado de escolhas realizadas por jornalistas em relação ao formato das matérias, selecionando e dando ênfase a determinados aspectos de uma realidade percebida.

Já os enquadramentos interpretativos são definidos como “padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc.” (Porto, 2004, p. 92). Nesse segundo tipo de enquadramento, as interpretações são provenientes de um contexto mais amplo, que podem ou não ser incorporadas pela mídia:

Estas interpretações são promovidas por atores sociais diversos, incluindo representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, associações profissionais. Embora os jornalistas também contribuam com seus próprios enquadramentos interpretativos ao produzir notícias, este tipo de enquadramento tem origem geralmente em atores sociais e políticos externos à prática jornalística (Porto, 2004, p. 92).

Essa diferença que Porto (2004) aponta, portanto, diz respeito à fonte do enquadramento. Enquanto os enquadramentos noticiosos são elaborados pelos jornalistas, os interpretativos são criados por atores políticos e sociais.

Outro pesquisador que evoluiu na classificação dos estudos sobre enquadramento foi Scheufele (1999). Além da dimensão que aborda o tipo de enquadramento examinado (enquadramento da mídia e enquadramento individual ou da audiência), o autor dividiu os estudos com base em outra dimensão: o modo com que o enquadramento é operacionalizado. Nessa segunda divisão, o autor identifica pesquisas que investigam os enquadramentos como variáveis dependentes ou independentes.

De acordo com Scheufele (1999), os estudos dos enquadramentos como variáveis dependentes examinam o papel de vários fatores que influenciam a criação ou modificação dos enquadramentos. No nível midiático, o enquadramento de um assunto pelos jornalistas pode ser influenciado por variáveis socioestruturais ou organizacionais e por variáveis individuais ou ideológicas. Em nível da audiência, o enquadramento como uma variável dependente está relacionado a como os receptores são influenciados pela mensagem transmitida pela mídia, ou seja, o enquadramento é examinado como resultado direto do modo como a mídia enquadra determinado assunto.

Já os estudos em que os enquadramentos servem como variáveis independentes, segundo Scheufele (1999), voltam-se geralmente aos efeitos do enquadramento. No caso da mídia, os resultados dos enquadramentos estão ligados diretamente à percepção dos receptores e, no caso da audiência, a pesquisa investiga se o enquadramento individual dos assuntos influencia a avaliação de atores políticos.

O autor exemplifica os quatro tipos de análise de enquadramento através de possíveis perguntas de pesquisa (PP):

Em relação ao enquadramento da mídia como variável dependente, nós podemos perguntar:

PP1: Que fatores influenciam o modo com que jornalistas ou outros grupos sociais enquadram certos assuntos?

PP2: Como esses processos funcionam e, como resultado, quais os enquadramentos que os jornalistas usam?

Em relação ao enquadramento da mídia como variável independente, nós podemos perguntar:

PP3: Que tipos de enquadramentos da mídia influenciam a percepção da audiência em

relação a determinados assuntos, e como esse processo funciona?

Em relação ao enquadramento individual como variável dependente, nós podemos perguntar:

PP4: Quais fatores influenciam o estabelecimento de enquadramentos individuais de referência, ou os enquadramentos individuais são simplesmente replicações dos enquadramentos da mídia?

PP5: Como os membros da audiência exercem um papel ativo na construção de significado ou na resistência a enquadramentos da mídia?

Em relação ao enquadramento individual como variável independente, nós podemos perguntar:

PP6: Como enquadramentos individuais influenciam a percepção individual de assuntos? (Scheufele, 1999, p. 108).

Existe ainda outra divisão em relação às pesquisas sobre os enquadramentos, adotada por alguns autores que fazem uma distinção entre os estudos que aplicam o conceito de enquadramento de uma forma mais restrita, individualiza e textual, e pesquisas que optam por uma perspectiva mais ampla, abstrata, substantiva e cultural (Vimieiro, 2010).

No enfoque mais restrito, os enquadramentos referem-se à formatação, à disposição das mensagens, aos diversos recursos verbais e visuais que são utilizados na apresentação de uma notícia. Esses estudos remetem-se, por exemplo, à concepção de Entman (1993) que define os enquadramentos como a seleção de alguns aspectos da realidade e a sua ênfase em um texto comunicacional, ou à noção de enquadramento com base em formas narrativas ou modelos não substantivos, utilizada, por exemplo, por Iyengar (1991), que diferencia o enquadramento episódico (focado em eventos) daquele temático (que destaca o contexto analítico mais geral). Nessa acepção mais restrita, portanto, foca-se nos recursos de produção noticiosa e estruturação de sentido que direcionam interpretações na audiência, demonstrando como a estrutura midiática cria rotineiramente certos tipos de enquadramentos e exclui outros (Vimieiro e Dantas, 2009).

Fazendo uma análise dos aspectos implícitos e explícitos dos enquadramentos, Vimieiro e Dantas (2009) ressaltam, porém, que se deve atentar para os riscos desse enfoque mais restrito. Citando Reese (2001), que compara o conteúdo e a sua estruturação com a ponta de um enorme

iceberg, as autoras atentam para “não cairmos no perigo que ronda os trabalhos que se debruçam apenas sobre a estruturação da mensagem: a de que voltemos facilmente ao modelo informacional” (Vimeiro e Dantas, 2009, p. 4). As pesquisadoras trazem ainda o entendimento de Maia *et al.* (2008), que diz que os estudos que trabalham apenas com esse enfoque mais restrito tendem a considerar as práticas dos agentes midiáticos e a construção dos direcionamentos frutos de uma vontade individual, levando a um individualismo metodológico.

O outro enfoque para os enquadramentos adota uma perspectiva mais ampla e abstrata, entendendo-os como processos de construção de sentidos baseados na cultura, que dizem mais de uma dimensão social do que individual. Vimeiro e Dantas (2009) explicam que, segundo esse enfoque, “os enquadramentos são tratados como esquemas interpretativos, chaves de sentido, que organizam as interpretações coletivas ao associar elementos da realidade social” (Vimeiro e Dantas, 2009, p. 4). Nesse sentido, as autoras remetem-se ao conceito de Gamson e Modigliani (1989), que explicam os *frames* como ideias organizadoras centrais que indicam sentidos para eventos relevantes sugerindo o que está em questão, e à concepção de Gitlin (1980), segundo a qual os enquadramentos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação que permitem organizar um discurso. Vimeiro (2010) relembra que é nesse mesmo caminho que Reese (2001) define que os enquadramentos são princípios de organização socialmente compartilhados, que persistem no tempo e trabalham simbolicamente para estruturar o mundo social.

Nesse enfoque mais geral, segundo Vimeiro e Dantas (2009), os enquadramentos dizem menos das disposições individuais dos jornalistas e profissionais da mídia e mais de sentidos compartilhados socialmente:

Esses sentidos ultrapassam a cobertura de eventos específicos e têm relação com “esquemas interpretativos” mais gerais que podem ser captados tanto na mídia quanto em outras arenas discursivas. Ou seja, os frames não são uma especialidade da mídia – apesar da mídia ter suas especificidades ao enquadrar os eventos, como indica a primeira corrente dos media frames apresentada. Os enquadramentos são construtos sociais, articulados por meio do discurso, que circulam pelo ambiente social e que podem se manifestar e, logo, serem analisados, em diversos âmbitos (Vimeiro e Dantas, 2009, p. 5).

Desse modo, as autoras ressaltam que os processos de enquadramento são complexos e a sua análise apenas por meio de estruturas textuais e pela formatação das mensagens é limitada. Como esclarece Maia (2009), entender os enquadramentos como processos de estruturação de sentidos baseados na cultura, através de práticas e relações sociais, “é útil para que se compreenda o fenômeno da construção do sentido de modo mais geral, o que pode (e deve) se desdobrar em diversos planos analíticos” (Maia, 2009, p. 308).

Entman *et al.* (2009), ao examinarem a literatura sobre o tema, chegam a uma divisão semelhante para o uso do conceito de enquadramento. Apontam que há dois gêneros básicos de definição: um mais geral (*generic frames*), seguindo o conceito de Gamson e Modigliani do enquadramento como “ideia central organizadora ou enredo que proporciona sentido para o desdobramento de uma série de eventos” (1987, p. 143 ou 1989, p. 3); e um segundo gênero de definição (*issue-specific frames*) que especifica o que os enquadramentos geralmente fazem, especialmente enquadramentos de assuntos delimitados. Isso inclui definição de problemas, construção de juízos morais e definição de soluções, como foi exposto, por exemplo, por Entman (1993).

Para os autores, enquadramentos de assuntos específicos são pertinentes para eventos ou tópicos específicos, por exemplo: a análise em profundidade realizada por Reese e Buckalew (1995) sobre a cobertura televisiva da Guerra do Golfo ou a análise de conteúdo mediada por computador realizada por Shah *et al.* (2002) sobre o caso Monica Lewinsky. Já os enquadramentos genéricos transcendem um evento específico e podem ser identificados em diferentes temáticas e contextos (Entman *et al.*, 2009). Como exemplo, temos o estudo de Semetko e Valkenburg (2000) sobre a política europeia, que sugere cinco tipos de enquadramento: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade, ou ainda a pesquisa de Vimeiro (2010) que, ao estudar a temática da deficiência na imprensa brasileira de 1960 a 2008, chegou aos seguintes enquadramentos: da caridade, educacional, do trabalho, médico, da capacitação, dos direitos, da acessibilidade, da vida social ativa, da mudança social, ético, da qualidade de vida, das limitações e capacidades, do preconceito.

A fim de sintetizar e facilitar a visualização das diferentes classificações das pesquisas sobre enquadramento expostas até aqui, desenvolvemos o diagrama apresentado na Figura 1.

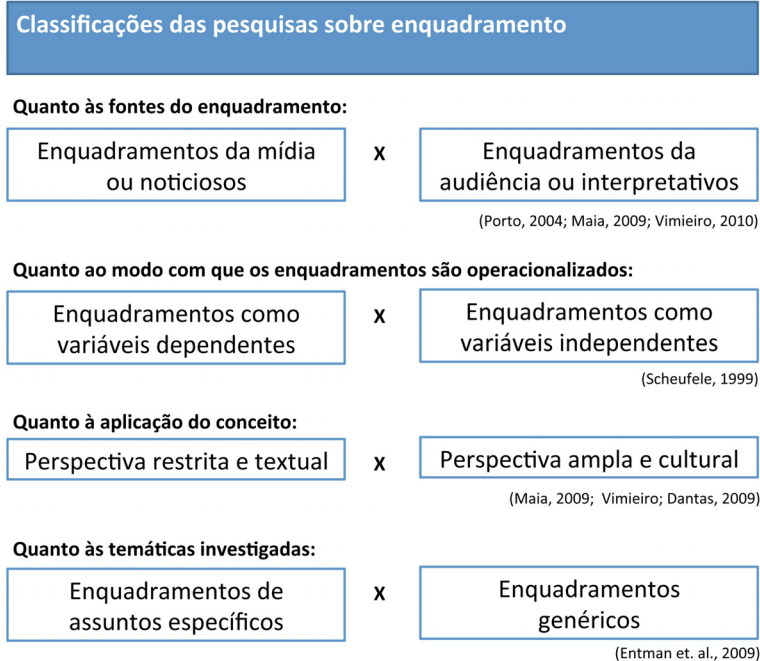


Figura 1. Classificações das pesquisas sobre enquadramento.

Figure 1. Framing research classifications.

A partir dessas classificações e sistematizações dos estudos sobre enquadramento, fica claro que as pesquisas dessa área devem delimitar de modo preciso sob que prisma o conceito é investigado, a fim de não caírem em um indeterminismo ou em uma confusão teórica no confronto com outros estudos.

Faz-se necessário, portanto, situar a pesquisa primeiramente quanto à fonte do processo: enquadramentos da mídia ou enquadramentos da audiência, ou, como definem outros autores citados anteriormente, enquadramentos noticiosos ou enquadramentos interpretativos. Na sequência, é preciso definir o modo com que os enquadramentos são operacionalizados, ou seja, como variáveis dependentes ou independentes. Por fim, é importante delimitar a aplicação que a pesquisa fará do conceito: de forma mais restrita, individualizada e textual, ou de forma mais ampla, abstrata e cultural.

Essas escolhas conceituais devem ser adequadas ao objeto de estudo (enquadramentos de assuntos específicos ou enquadramentos genéricos), buscando as perspectivas que melhor se encaixam ao escopo da pesquisa. Uma vez definido o conceito com o qual se trabalhará, pode-se determinar com mais segurança parâmetros metodológicos para o desenvolvimento dos estudos.

Considerações finais

Este artigo concentrou-se na problemática teórica das investigações sobre enquadramento. A partir de um resgate histórico do conceito desde as suas origens, passando pelas críticas e perspectivas contemporâneas dos estudos, buscou-se uma sistematização teórica do argumento.

Esta pesquisa pôde constatar que a indeterminação ou confusão teórica, apontadas por críticos que investigam as pesquisas sobre o enquadramento, acabam sendo mais resultado de uma ausência de explicitação da escolha teórica adotada e da falta de uma sistematização das classificações existentes do que de um problema de base. Existem atualmente diversas classificações, porém as investigações, em geral, não determinam de modo claro a escolha conceitual ou adotam isoladamente uma ou outra classificação, não delimitando de modo preciso sob qual prisma o conceito é pesquisado.

Além da questão teórica, investigada neste artigo, é também importante que novos estudos sejam realizados em relação aos aspectos metodológicos, buscando igualmente solucionar os pontos críticos existentes quanto

à sistematização dessas pesquisas no âmbito empírico. A questão metodológica é hoje o grande desafio desse campo de estudos, visto que os enquadramentos da mídia iniciaram na década de 1980, mas a preocupação com o rigor metodológico é recente.

Autores que investigaram essa problemática constatam dificuldades na identificação e na codificação dos enquadramentos e, conseqüentemente, na operacionalização e na sistematização das pesquisas, deixando ainda espaço para novas investigações que busquem desenvolver métodos de análise mais sistemáticos e menos subjetivos.

Referências

- BATESON, G. 1955. A theory of play and fantasy. *Psychiatric Research Reports*, **2**:39-51.
- BORAH, P. 2011. Conceptual Issues in Framing Theory: a systematic examination of a decade's literature. *Journal of Communication*, **61**(2):246-263.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2011.01539.x>
- D'ANGELO, P. 2002. News framing as a multiparadigmatic research program: A response to Entman. *Journal of Communication*, **52**(4):870-888.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2002.tb02578.x>
- D'ANGELO, P.; KUYPERS, J.A. 2010. *Doing News Framing Analysis: Empirical and Theoretical Perspectives*. New York, Routledge, 376 p.
- ENTMAN, R.M. 1993. Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm. *Journal of Communication*, **43**(4):51-58.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- ENTMAN, R.M.; MATTHES, J.; PELLICANO, L. 2009. Nature, Sources, and Effects of News Framing. In: K. WAHL-JORGENSEN; T. HANITZSCH, *The Handbook of Journalism Studies*. Nova York, Routledge, p. 175-190.
- GAMSON, W.A. 1989. News as Framing. *American Behavioral Scientist*, **33**(2):157-161.
- GAMSON, W.A. 1992. *Talking politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 292 p.
- GAMSON, W.A.; LASCH, K.E. 1983. The political culture of social welfare policy. In: S.E. SPIRO; E. YUCHTMAN-YAAR, *Evaluating the welfare state: social and political perspectives*, Nova York, Academic Press, p. 397-415.
- GAMSON, W.A.; MODIGLIANI, A. 1987. The changing culture of affirmative action. In: R.G. BRAUNGART; M.M. BRAUNGART (org.), *Research in political sociology*. Greenwich, JAI Press, p. 137-177.
<http://dx.doi.org/10.1086/229213>
- GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. 1989. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. *American Journal of Sociology*, **95**(1):1-37.
- GAMSON, W.; MEYER, D. 1996. Framing political opportunity. In: D. MCADAM; J.D. MCCARTHY; M.N. ZALD, *Comparative perspectives on social movements*. Nova York, Cambridge University Press, p. 291-311.
- GITLIN, T. 1980. *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley, University of California Press, 327 p.
- GOFFMAN, E. 1974. *Frame Analysis: an essay on the organization of experience*. New York, Harper, 586 p.
- GOFFMAN, E. 1981. A reply to Denzin and Keller. *Contemporary Sociology*, **10**(1):60-68.
<http://dx.doi.org/10.2307/2067804>
- GUTMANN, J.F. 2006. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? *Contemporânea*, **4**(1):25-50.
- GUTMANN, J.F. 2009. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting? *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura*. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3481/2538>. Acesso em: 21/05/2012.
- HERTOG, J.; McLEOD, D. 2001. A multiperspectival approach to framing analysis: A field guide. In: S.D. REESE; O.H. GANDY; A.E. GRANT (orgs.), *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. New Jersey, Erlbaum, p. 139-161.
- IYENGAR, S. 1991. *Is anyone responsible? How television frames political issues*. Chicago, University of Chicago Press, 195 p.
- KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. 1984. Choices, values, and frames. *American Psychologist*, **39**(4):341-350.
<http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.39.4.341>
- LIPPMANN, W. 1922. *Public opinion*. Nova York, Free Press, 272 p.
- MAIA, R.C.M.; MARQUES, A.C.S.; MENDONÇA, R.F. 2008. Interações mediadas e deliberação pública. In: G.C.O. NASCIMENTO; A.C. PRIMO; A.L. RONSINI; V.V. MAYORA, *Comunicação e interações*. Porto Alegre, Editora Sulinas, p. 93-110. (Livro da Compós).
- MAIA, R.C.M. 2009. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. *Revista Brasileira de Ciência Política*, **2**:303-340.
- MATTHES, J.; KOHRING, M. 2008. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, **58**(2):258-279.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.00384.x>

- PORTO, M. 2004. Enquadramentos da mídia e política. In: A.A.C. RUBIM (ed.), *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador, EDUFBA/Unesp, p. 74-104.
- REESE, S.D. 2001. Prologue - framing public life: A bridging model for media research. In: S.D. REESE; O.H. GANDY; A.E. GRANT (orgs.), *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Publishers, p. 7-31.
- REESE, S.D. 2007. The framing project: a bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, **57**(1):148-154. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00334.x>
- REESE, S.D.; BUCKALEW, B. 1995. The militarism of local television: The routine framing of the Persian Gulf War. *Critical Studies in Media Communication*, **12**(1):40-59. <http://dx.doi.org/10.1080/15295039509366918>
- ROSSETTO, G.P.; SILVA, A.M. 2012. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? *Intexto*, **26**:98-114.
- SCHEUFELE, D.A. 1999. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, **49**(1):103-122. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x>
- SCHEUFELE, D.; TEWKSBURY, D. 2007. Framing, agenda setting and priming: the evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, **57**(1):9-20. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00326.x>
- SEMETKO, H. A.; VALKENBURG, P. M. 2000. Framing European politics: A content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, **50**(2):93-109.
- SHAH, D.V.; WATTS, M.D.; DOMKE, D.; FAN, D.P. 2002. News framing and cueing of issue regimes. Explaining Clinton's public approval in spite of scandal. *Public Opinion Quarterly*, **66**(3):339-370. <http://dx.doi.org/10.1086/341396>
- TANKARD, J.W. 2001. The empirical approach to the study of media framing. In: S.D. REESE; O.H. GANDY; A.E. GRANT (ed.), *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Publishers, p. 95-106.
- TUCHMAN, G. 1978. *Making News: a Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque, Free Press, 244 p.
- VIMIEIRO, A.C.; DANTAS, M. 2009. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Revista Lumina*, **3**(2):1-16.
- VIMIEIRO, A.C. 2010. *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Belo Horizonte, MG. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 233 p.

Submissão: 05/10/2013

Aceite: 24/04/2014